



SINOPSE D.O.U.



EDIÇÃO DE 26 DE SETEMBRO DE 2019

Atos do Poder Executivo

Decreto

Nº 10.027, de 25 de setembro de 2019, que “Promulga o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul, firmado pela República Federativa do Brasil, em Buenos Aires, em 7 de abril de 2017”.

Presidência da República

Despacho do Presidente da República

Mensagem

Nº 451, de 25 de setembro de 2019, comunicando ter vetado integralmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 7.705, de 2014 (nº 466/13 no Senado Federal), que “Acrescenta o art. 14-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir que a emissão da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ocorra por meio eletrônico”.
Obs.: Este projeto compõe a Agenda Legislativa da Indústria 2019.

Ministério do Desenvolvimento
Regional

Superintendência do Desenvolvimento da
Amazônia

Resolução

Nº 47, de 12 de setembro de 2019, dispondo sobre o Calendário Anual de Envio de Informações das empresas beneficiadas pelos Incentivos Fiscais da Sudam (CAEI) e ao Sistema de Avaliação dos Incentivos Fiscais da Sudam (SIAV Incentivos).

Ministério da Economia

Gabinete do Ministro

Portaria

Nº 516, de 24 de setembro de 2019, aprovando a Tabela de Retribuições pelos Serviços Prestados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo
ao Trabalhador

Resolução

Nº 839, de 24 de setembro de 2019, que “Altera o anexo da Resolução nº 596, de 27 de maio de 2009, que aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT” (Compõe citado Conselho, dentre outros, um representante da CNI).



Secretaria Especial de Previdência e
Trabalho

Portaria Nº 1.079, de 25 de setembro de 2019, que “Dispõe sobre a publicação dos róis dos percentis de frequência, gravidade e custo, por Subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0, calculados em 2019, e sobre a disponibilização do resultado do processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP em 2019, com vigência para o ano de 2020, e dispõe sobre o julgamento de contestações e recursos apresentados pelas empresas em face do índice FAP a elas atribuído”.

Banco Central do Brasil

Circular Nº 3.962, de 24 de setembro de 2019, que “Dispõe sobre os procedimentos aplicáveis aos processos de autorização para funcionamento, de cancelamento da autorização para funcionamento, de autorização para alteração de controle societário e para reorganização societária das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte”.
